

# COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

## PROJETO DE LEI Nº 645, DE 2007

Altera a redação do inciso VI do art. 244 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

**Autor:** Deputado ANSELMO DE JESUS

**Relator:** Deputado CARLOS SANTANA

### I - RELATÓRIO

A proposição sob análise, cujo Autor é o ilustre Deputado Anselmo de Jesus, tem por objetivo permitir a condução de motocicleta, motoneta e ciclomotor, tracionando reboque ou semi-reboque, desde que regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

O Autor defende, na justificção da proposta, que o próprio Código de Trânsito Brasileiro – CTB – reconhece a possibilidade das motocicletas e similares transportarem um volume de carga compatível com a sua capacidade de tração, ao permitir, em seu art. 55, o acoplamento de carros laterais às motos.

Assim sendo, deveria também ser permitido, dentro da capacidade de tração da moto, e nos termos de regulamentação do CONTRAN, o tracionamento de reboques ou semi-reboques, que possibilitariam, sem prejuízo da segurança do trânsito, o transporte de pequenas cargas.

Nos termos do art. 32, inciso XX, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Viação e Transportes manifestar-se sobre o mérito da proposição. Na seqüência, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania



AB49D27C21

deverá manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.

Esgotado o prazo regimental, não foram recebidas emendas ao projeto nesta Câmara Técnica.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A proposta de permitir que motocicletas e veículos similares possam tracionar reboques e semi-reboques, assim como já é permitido o acoplamento de carro lateral, vem, oportunamente, corrigir uma distorção de nosso Código de Trânsito (CTB), conforme explicaremos a seguir.

A simples proibição de que as motocicletas possam tracionar outro veículo, conforme disposto no art. 244 do CTB, mostra-se, de pronto, incondizente com a autorização de acoplamento de carros laterais expressa no art. 55 do mesmo Código. Não vemos razão para permitir um e proibir, indiscriminadamente, o outro, desde que ambos obedeçam a regras de instalação e segurança veicular, a serem editadas pelo órgão competente, o CONTRAN.

Quanto aos reboques e semi-reboques, o CTB assim os define:

*“REBOQUE – veículo destinado a ser engatado atrás de um veículo automotor.*

.....  
*SEMI-REBOQUE - veículo de um ou mais eixos que se apóia na sua unidade tratora ou é a ela ligado por meio de articulação.”*



Em nossa visão, os reboques e semi-reboques poderiam ser regulamentados para serem rebocados por motocicletas, desde que respeitados os critérios técnicos necessários, bem como a capacidade de tração do veículo, o que não representaria risco para a segurança de seus usuários e do trânsito em geral.

Ademais, essa autorização permitirá que boa parte da população, especialmente a mais carente, que não dispõe de recursos para comprar um automóvel, possa utilizar a motocicleta para o transporte de pequenas cargas, seja para uso pessoal ou mesmo para fins de trabalho.

Pelo exposto, no que compete à análise desta Comissão, nosso voto é, quanto ao mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 645, de 2007.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputado CARLOS SANTANA  
Relator



AB49D27C21

AB49D27C21

